



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista - Área Pericial
Especialidade Engenharia Agrônômica

Caderno de Prova, Cargo 25, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os mitólogos costumam chamar de imagens de mundo certas estruturas simbólicas pelas quais, em todas as épocas, as diferentes sociedades humanas fundamentaram, tanto coletiva quanto individualmente, a experiência do existir. Ao longo da história, essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas, locais, de cada povo, quer pelos grandes sistemas religiosos. No Ocidente, contudo, desde os últimos três séculos uma outra prática de pensamento veio se acrescentar a estes modos tradicionais na função de elaborar as bases de nossas experiências concretas de vida: a ciência. Com efeito, a partir da revolução científica do Renascimento as ciências naturais passaram a contribuir de modo cada vez mais decisivo para a formulação das categorias que a cultura ocidental empregará para compreender a realidade e agir sobre ela.

- Mas os saberes científicos têm uma característica inescapável: os enunciados que produzem são necessariamente provisórios, estão sempre sujeitos à superação e à renovação. Outros exercícios do espírito humano, como a cogitação filosófica, a inspiração poética ou a exaltação mística poderão talvez aspirar a pronunciar verdades últimas; as ciências só podem pretender formular verdades transitórias, sempre inacabadas. Ernesto Sábató assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco. Não há exemplo melhor deste tipo de superstição que o estatuto da noção de raça no nazismo.

(Luiz Alberto Oliveira. "Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder", In **O avesso da liberdade**. Adauto Novaes (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 191)

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) fornece uma descrição objetiva do modo como, ao longo da história, germinam e se desenvolvem as *imagens do mundo*, expressão emprestada aos mitólogos.
 - (B) ratifica a idéia, construída ao longo da trajetória humana, de que o pensamento científico é a via mais eficaz para o conhecimento da realidade.
 - (C) atribui a idiosincrasias culturais as distintas representações daquilo que legitimaria as práticas humanas.
 - (D) defende que as sociedades humanas, apoiadas na religião ou em mitos variados, constroem imagens para autenticar a experiência individual perante a coletiva.
 - (E) expressa sua compreensão de que, fora do âmbito racional, não há base sólida que fundamente a vida dos seres humanos.

2. Ainda sobre o primeiro parágrafo, é correto afirmar :
- (A) O emprego da conjunção *contudo* (linha 8) evidencia que o autor considera os modos tradicionais de conceber o mundo incompatíveis com a ciência, que os substitui.
 - (B) Contém, implicitamente, a idéia de que a capacidade cognitiva é conquista do mundo ocidental, principalmente nos últimos trezentos anos.
 - (C) O emprego da expressão *Com efeito* (linhas 11 e 12) colabora para a consolidação da idéia de que a observação dos fenômenos naturais foi conquista do Renascimento.
 - (D) Sustenta a idéia de que, a partir do Renascimento, as ciências desenvolveram normas práticas para a conduta humana, com respeito a valores na esfera individual ou coletiva.
 - (E) A forma verbal *empregará* (linha 15) evidencia que o autor dá como fato consumado o prestígio da ciência, do Renascimento em diante, na constituição do modo ocidental de pensar e agir.

3. No parágrafo 2,
- (A) a conjunção *Mas* (linha 17) foi empregada não para eliminar o que foi dito anteriormente, e, sim, para introduzir uma contrapartida do objeto, fruto de distinta perspectiva de análise.
 - (B) constrói-se uma relativização das conquistas da ciência, sustentada na crítica de que ela se vale de procedimentos pouco objetivos na busca da verdade.
 - (C) constata-se o caráter incontrolável das experiências científicas, implicitamente atribuído às condições de descontinuidade em que se realizam.
 - (D) a expressão *necessariamente provisórios* (linhas 18 e 19) compõe uma advertência, dirigida a filósofos, poetas e místicos, que desconsideraram a objetividade na produção do saber.
 - (E) incentiva-se a luta do ser para a constante superação de suas fragilidades pessoais, advindas de sua humana condição e permanente sujeição ao erro.

4. É correto afirmar:
- (A) Infere-se do texto que os distintos discursos – religioso, filosófico, artístico, científico –, quando formalizam, cada um a seu modo, os dogmas da humanidade, na verdade estão conscientemente burlando o espírito que orienta cada específica prática.
 - (B) O texto demonstra que superstições surgem nos mais diversos campos do conhecimento, e são elas que, através do tempo, configuram o estatuto do humano.
 - (C) O texto esclarece que é uma pretensão imprópria aspirar a conquistas que, duradouras, podem acabar por se constituir em meros passos de um trajeto insuperável.
 - (D) Seria coerente com as idéias expressas no texto o seguinte comentário, suscitado pelo exemplo dado: "O nazismo, por mais assustador que seja o fato, não foi isento de racionalidade".
 - (E) No texto exprime-se o entendimento de que é comum a várias práticas de pensamento, excluindo-se o mítico, defender que o espírito humano é capaz de atingir o saber pleno.

<p>5. É correto afirmar que</p> <p>(A) a conjunção <i>quer</i>, repetida (linhas 6 e 7), estabelece uma comparação entre os termos aproximados, indicando a superioridade de um sobre o outro.</p> <p>(B) a forma verbal <i>têm</i> (linha 17) está em conformidade com as normas gramaticais, assim como a forma verbal destacada em “Embora eles não lhe <u>dê</u>m razão, ela sabe que está certa”.</p> <p>(C) o emprego do sinal gráfico indicativo da crase está correto em <i>sujeitos à superação</i> (linha 19), assim como está em “Chegaram à propor um acordo, mas não foram ouvidos”.</p> <p>(D) a transposição da frase <i>essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas (...) quer pelos grandes sistemas religiosos</i> (linhas 5 a 7) para a voz ativa gera a forma verbal “costumam gerar”.</p> <p>(E) o emprego de <i>melhor</i>, em <i>Não há exemplo melhor</i> (linha 30), está em conformidade com as normas gramaticais, assim como o do segmento assinalado em “Foram os exemplos <u>mais bem escolhidos</u>”.</p>	<p>Atenção: As questões de números 7 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.</p> <p>1. Os vadios eram um grupo infrator caracterizado, antes de mais nada, por sua forma de vida. Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática, que os tornava suspeitos ante a parte bem organizada da sociedade. Por não terem laços – a família, domicílio certo, vínculo empregatício –, constituíam um grupo fluido e indistinto, difícil de controlar e até mesmo de enquadrar. Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos, quando, como disse o jesuíta Antonil, os arraiais</p> <p>5. foram “móveis como os filhos de Israel no deserto”, a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia: uma carta régia dirigida em 22 de julho ao governador Luís Diogo Lobo da Silva, e incisiva</p> <p>10. na condenação da itinerância de vadios e da forma peculiar de vida que escolhiam. Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam</p> <p>15. passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc. Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não</p> <p>20. procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</p> <p>(Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”, In Tempo e história, org. Aduato Novaes. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 358-359)</p>
<p>6. Ernesto Sábato assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco.</p> <p>O adequado entendimento daquilo que assinala Ernesto Sábato está expresso, de forma clara e correta, em:</p> <p>(A) É perfeito o entendimento de dogma como verdade acabada, mas tem um desvio quando a ciência prova que o enunciado está ultrapassado, anulando o dogma equivocados, o que ocorreu em todas as vezes.</p> <p>(B) Sempre que se tentou eternizar uma formulação científica, a ciência, ela mesma, desautorizou a pretensão, quando, por seus próprios instrumentos, desvelou a imperfeição daquele saber.</p> <p>(C) Verdades finais e acabadas, verdadeiros dogmas, sempre existiram, mas, sendo do universo científico, a própria ciência se incumbiu de dar continuidade, tornando obsoleto o método.</p> <p>(D) Muitas vezes houve tentativa de construir dogmas, mas se revelou impossível, porque a ciência, desenvolvendo, provou mais para frente que o enunciado científico não tinha fundamento real.</p> <p>(E) É freqüente ver o que a continuidade faz, pois a ciência, responsável pelo método, mostra o erro dos dogmas que, antes precisos, acabam invariavelmente provocando equívocos, como universalmente demonstrado.</p>	<p>7. No texto, o autor</p> <p>(A) põe em foco um determinado estrato social, particularizando uma tentativa de disciplinamento oficial.</p> <p>(B) desenvolve considerações minuciosas a respeito do tema central de seu discurso: a carta de Luís Diogo Lobo da Silva.</p> <p>(C) narra um específico episódio ocorrido em Minas, tomado como exemplo do que se pode esperar da ação de grupo de infratores.</p> <p>(D) lança hipóteses sobre as causas de um determinado comportamento social, depois de caracterizá-lo a partir da teoria de pesquisadores, religiosos ou não.</p> <p>(E) toma os dados de pesquisa histórica como apoio para expressar e justificar o seu próprio juízo de valor acerca de infratores.</p>

<p>8. Considere as afirmações que seguem sobre a organização do texto.</p> <p>I. No processo de argumentação, o autor valeu-se de testemunho autorizado.</p> <p>II. A fala do jesuíta constitui argumento para a consolidação da idéia de que <i>a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada</i>.</p> <p>III. A data de 1766 foi citada como comprovação explícita de que o rei era realmente signatário da carta.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>12. Considerando as linhas 8 a 16, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>como disse o jesuíta</i>, como equivale a “mediante”.</p> <p>(B) Em <i>“móveis como os filhos de Israel no deserto”</i>, as aspas indicam que a frase deve ser entendida em sentido figurado.</p> <p>(C) O emprego da palavra <i>arraiais</i> contribui para a produção do sentido de “morada provisional” tratado no fragmento.</p> <p>(D) No segmento <i>a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada</i>, a expressão <i>passou a ser</i> é a que exprime a idéia de progressão.</p> <p>(E) Os dois-pontos introduzem uma citação.</p>
<p>9. Observado o contexto, está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:</p> <p>(A) <i>nada fazerem de forma sistemática</i> – nada produzirem de modo tecnicamente plausível.</p> <p>(B) <i>um grupo fluido e indistinto</i> – um conglomerado espontâneo e informal.</p> <p>(C) <i>difícil de controlar e até mesmo de enquadrar</i> – não passível de organizar e mesmo dominar.</p> <p>(D) <i>Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos</i> – esgotadas as primeiras jazidas de ouro.</p> <p>(E) <i>forma peculiar de vida que escolhiam</i> – singular maneira que se concediam de estar no mundo.</p>	<p>13. <i>Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc.</i></p> <p>Observado o contexto, é correto afirmar que, no fragmento acima,</p> <p>(A) a expressão <i>sociedade civil</i> equivale a “conjunto de todos os membros que constituem o tecido social, unidos em torno de idéias, pactos e acordos, sem hegemonia nem exclusão de nenhum grupo”.</p> <p>(B) a voz do autor mistura-se à voz do remetente da carta, como o comprova o emprego, respectivamente, das formas verbais <i>podia</i> e <i>vivem</i>.</p> <p>(C) a expressão <i>ou seja</i> introduz uma explicação, obrigatória para a compreensão do documento, visto que <i>domicílios volantes</i> constitui uma incompatibilidade em termos, sem possibilidade de conciliação.</p> <p>(D) o emprego da expressão <i>de praxe</i> evidencia que, na carta, buscava-se neutralizar qualquer tom que pudesse ser entendido como intimidação.</p> <p>(E) a oração <i>deveriam passar a viver em povoações</i> expressa uma suposição.</p>
<p>10. <i>Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia.</i></p> <p>Considerado o contexto, uma outra redação para o segmento destacado acima, que está correta e que não prejudica o sentido original, é:</p> <p>(A) cuja existência se conhece. (B) da qual a notícia foi dada. (C) que a notícia foi veiculada. (D) na qual se tem o registro. (E) de que a notícia chegou até nós.</p>	<p>14. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</i></p> <p>Sobre o que se tem no período acima transcrito, é correto afirmar:</p> <p>(A) A expressão <i>uma vez</i> comunica a mesma idéia que o segmento destacado exprime em “<u>Uma vez que</u> ele se curou, não precisa mais de cuidados médicos”.</p> <p>(B) O termo destacado em <i>os que assim não procedessem</i> refere-se à ação de optar por ser estabelecido.</p> <p>(C) A gramática prescreve que o vocábulo <i>adjacentes</i> seja assim separado em sílabas: “a - dja - cen - tes”.</p> <p>(D) Há um subentendido no fragmento: no século XVIII, os <i>vadios</i> recebiam tratamento diferenciado em relação a outros grupos considerados infratores.</p> <p>(E) Em <i>tratados como salteadores</i>, o termo destacado está empregado com o mesmo valor que se nota em “Como cheira bem a sua caldeirada!”.</p>
<p>11. Observadas as 8 linhas iniciais do texto, é correto afirmar:</p> <p>(A) A expressão <i>por sua forma de vida</i> constitui uma explicação.</p> <p>(B) No segmento <i>Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática</i>, a conjunção <i>ou</i> introduz uma retificação do que se afirmou anteriormente.</p> <p>(C) Em <i>que os tornava suspeitos</i>, o deslocamento do pronome destacado para depois do verbo atenderia ao que a gramática aconselha como preferência.</p> <p>(D) A preposição <i>ante</i> equivale a “versus”.</p> <p>(E) Como em <i>fluido</i>, a grafia do participio do verbo “imbuir” não admite o acento, estando, portanto, correta a forma “imbuído”.</p>	

<p>15. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem.</i></p> <p>Uma outra redação para o segmento destacado acima, que, clara e correta, não prejudica o sentido original é:</p> <p>(A) sendo-lhes divididas as terras pertencentes ao povoado, poderiam cultivá-las.</p> <p>(B) com o objetivo de que tornassem produtivas, receberiam, entre eles, as terras próximo à vila.</p> <p>(C) eles seriam aquinhoados com áreas contíguas à vila, a fim de que as lavrassem.</p> <p>(D) compartilhariam entre si glebas em anexo ao povoado, de modo que beneficiassem.</p> <p>(E) salvo se lavrassem, receberiam por distribuição áreas incorporadas ao povoado.</p>	<p>18. A frase em que a forma destacada está apropriada às normas gramaticais é:</p> <p>(A) Congregou-<u>os</u> o mesmo sincero desejo de fazer algo relevante pela comunidade.</p> <p>(B) Quem disse que ele <u>constroe</u> toda essa argumentação sem apoio de advogados?</p> <p>(C) Isso não é pertinente <u>com</u> os fins a que você visa com seu projeto.</p> <p>(D) Eles enganam-se a si próprios, persuadidos <u>que</u> tudo está sendo feito em busca da paz.</p> <p>(E) Espero que ele <u>medie</u> a reunião com a isenção de espírito de que todos necessitamos.</p>
<p>16. A frase que está totalmente de acordo com o padrão culto é:</p> <p>(A) Vossa Senhoria, senhor Ministro, poderéis me receber amanhã em audiência, para que lhe entregue pessoalmente meu projeto?</p> <p>(B) Ele é ambidestro, sabe até desenhar com ambas mãos, mas jamais quiz colocar sua habilidade em evidência.</p> <p>(C) Queria sair com nós três, não sei bem por quê; talvez haja assuntos sobre os quais ela queira nos colocar a par.</p> <p>(D) Essas pinturas são consideradas as maiores obras-de-artes do período, mas nada tem haver com a temática que você quer estudar.</p> <p>(E) Ela vivia dizendo “Eu mesmo desenho meu futuro”, mas essa era uma forma dela ocultar sua relação mau resolvida com os pais.</p>	<p>19. A frase que está corretamente redigida é:</p> <p>(A) Naquele ambiente taciturno, é como se, a cada passo, descobrimos uma possibilidade longínqua de sair ilesos.</p> <p>(B) Acompanhei os noticiários, e, pelo o que está se vendo, muitos não chegarão onde desejam no horário previsto.</p> <p>(C) Aquele era o hotel onde costumava freqüentar durante o período que não conhecia problemas financeiros.</p> <p>(D) Os detalhes eram tão minuciosamente apresentados, que o leitor chega ter acesso até a informação de qual das mãos segurava a taça de champanhe.</p> <p>(E) A maneira como os bilhetes foram escritos não deixará dúvidas acerca do que deve ser feito, sob a responsabilidade seja de quem for.</p>
<p>17. A frase que está pontuada de acordo com os preceitos da gramática é:</p> <p>(A) Mas é preciso ver nos textos, como o autor apresenta a relação de conciliação essencial entre a consciência cristã; e as práticas de eficácia temporal.</p> <p>(B) Pois bem: se ele não os induziu a responderem, o que desejava que fosse respondido; o que é que ele fez?</p> <p>(C) Basta então, que se conheçam as normas de organização social do período para que sejam compreendidas, em suas minúcias os atritos delas decorrentes.</p> <p>(D) As histórias relatadas nos seus romances iniciais – que se distinguem, sensivelmente, dos relatos mais recentes – são, na sua maioria, fruto da influência da cultura irlandesa.</p> <p>(E) A ação deles é, portanto, embora pouco divulgada, digna de reconhecimento, dos que os apoiaram nas mais diversas, circunstâncias.</p>	<p>20. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua em:</p> <p>(A) Acredito que as orientações dele, porque parecem pouco claro, não terão de serem seguidas antes de um esclarecimento maior.</p> <p>(B) Considerou digna de ser encaminhada a julgamento dos avaliadores a última versão do projeto-piloto, pois, se podem existir fragilidades, elas certamente hão de ser mínimas.</p> <p>(C) Elas se consideraram responsável pelo erro e julgaram legítimo as cobranças que lhe serão feitas de agora em diante.</p> <p>(D) Dado as contingências do momento, os diretores houveram por bem atender aos prazos, e prometeram reavaliar, tanto quanto fossem, as demais exigências do contrato.</p> <p>(E) Devem fazer mais de três meses que não os vejo; tantos dias de afastamento poderia ser entendido como descaso, mas quero dizer que lhes dedico muito afeto.</p>

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 25 considere as informações abaixo.

OBJETIVO:

O Ministério Público do Governo Federal de um país deseja modernizar seu ambiente tecnológico de informática. Para tanto irá adquirir equipamentos de computação eletrônica avançados e redefinir seus sistemas de computação a fim de agilizar seus processos internos e também melhorar seu relacionamento com a sociedade.

REQUISITOS PARA ATENDER AO OBJETIVO:

(Antes de responder às questões, analise cuidadosamente os requisitos a seguir, considerando que estas especificações podem ser adequadas ou não).

§1º – Cadastros recebidos por intermédio de anexos de mensagens eletrônicas deverão ser gravados em arquivos locais e identificados por ordem de assunto, data de recebimento e emitente, para facilitar sua localização nos computadores.

§2º – Todos os documentos eletrônicos oficiais deverão ser identificados com o timbre federal do Ministério que será capturado de um documento em papel e convertido para imagem digital.

§3º – A intranet será usada para acesso de toda a sociedade aos dados ministeriais e às pesquisas por palavra-chave, bem como os diálogos eletrônicos serão feitos por ferramentas de chat.

§4º – Os documentos elaborados (digitados) no computador (textos) não podem conter erros de sintaxe ou ortográficos.

§5º – Todas as planilhas eletrônicas produzidas deverão ter as colunas de valores totalizadas de duas formas: total da coluna (somatório) e total acumulado linha a linha, quando o último valor acumulado deverá corresponder ao somatório da coluna que acumular. Exemplo:

.....	A	B
1	do mês	acumulado
2	3	3
3	18	21
4	4	25
5	2	27
6	27	

21. Considere os seguintes dispositivos:

- I. impressora multifuncional;
- II. pen drive;
- III. scanner;
- IV. impressora a laser.

Em relação à captura referenciada nos requisitos especificados no §2º, é INCORRETO o uso do que consta SOMENTE em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

22. Para atender aos requisitos especificados no §1º é preciso saber usar ferramentas de

- (A) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Pastas.
- (B) chat e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Arquivos.
- (C) browser e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas, mas não Arquivos dentro de Pastas.
- (D) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Arquivos e Arquivos dentro de Pastas.
- (E) busca e que é possível organizar Arquivos dentro de Pastas, mas não Pastas dentro de Pastas.

23. Considere os Quadros 1 e 2 abaixo e os requisitos especificados no §3º.

Quadro 1	
I	II
adequado	inadequado

Quadro 2		
a	b	c
intranet	pesquisa por palavra chave	chat

Quanto ao uso das especificações dos requisitos, a relação apresentada nos quadros é correta entre

- (A) I-a – I-b – II-c.
- (B) I-a – II-b – I-c.
- (C) II-a – I-b – II-c.
- (D) II-a – II-b – II-c.
- (E) II-a – II-b – I-c.

24. Considere os dados da planilha eletrônica exemplificada no §5º. Está correta a fórmula inserida em B3 e pronta para ser propagada para B4 e B5 se for igual a

- (A) =B3+A2.
- (B) =B\$2+A3.
- (C) =B2+A3.
- (D) =B2+A2.
- (E) =B2+A\$3.

25. Considerando o ambiente Microsoft, o requisito especificado no §4º quer dizer ao funcionário que, para auxiliá-lo na tarefa de verificação e correção, ele deve

- (A) usar a configuração de página do editor de textos.
- (B) acionar uma função específica do editor de textos.
- (C) usar a ferramenta de edição do organizador de arquivos.
- (D) usar a correção ortográfica do organizador de arquivos.
- (E) acionar a formatação de página do editor de textos.

<p>26. O Procurador da República que ingressou no Ministério Público Federal no ano de 2002 poderá</p> <p>(A) exercer cargo ou função de direção nas entidades de ensino público.</p> <p>(B) receber custas processuais nas ações civis públicas.</p> <p>(C) exercer cumulativamente o cargo de Secretário de Estado.</p> <p>(D) participar de conselhos, comissões ou organismos estatais.</p> <p>(E) participar de sociedade comercial como quotista ou acionista.</p>	<p>29. De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito pressupõe, necessariamente, a comprovação de efetivo dano econômico ao erário público.</p> <p>(B) o agente público que dolosamente auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo responde de forma objetiva por ato de improbidade administrativa.</p>
<p>27. Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, e com relação aos órgãos do Ministério Público Federal, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. O Colégio de Procuradores da República, presidido pelo Procurador-Geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade do Ministério Público Federal.</p> <p>II. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre os Subprocuradores-Gerais da República integrantes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>III. O Conselho Superior do Ministério Público Federal, órgão de execução do Ministério Público Federal, será presidido pelo Subprocurador-Geral da República mais antigo.</p> <p>IV. Os Subprocuradores-Gerais da República atuarão junto ao Supremo Tribunal Federal por delegação do Procurador-Geral da República.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p>(C) é irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas para a caracterização do ato de improbidade administrativa.</p> <p>(D) o funcionário público que, conduzindo veículo oficial, em atividade oficial, por imprudência, acabe gerando uma colisão com um particular, responde por ato de improbidade lesivo ao patrimônio público.</p> <p>(E) há a necessidade da ocorrência de qualquer vantagem por parte do agente que dolosamente gerar prejuízo concreto ao erário público.</p> <p>30. Quanto à posse e ao exercício do cargo do servidor público civil da União, é correto que:</p> <p>(A) Ao tomar posse, em cargo de provimento efetivo ou em comissão, ficará sujeito a estágio probatório pelo prazo de 12 (doze) meses, computando-se eventual período de afastamento por motivo de doença.</p> <p>(B) Empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação.</p>
<p>28. Segundo o disposto na Lei nº 9.784/99, a decisão administrativa ilegal poderá ser impugnada por meio de recurso que</p> <p>(A) deverá ser interposto, salvo disposição legal em contrário, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.</p> <p>(B) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.</p> <p>(C) deverá ser decidido no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.</p> <p>(D) terá, como regra, efeito suspensivo e dependerá de caução em dinheiro.</p> <p>(E) tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.</p>	<p>(C) A posse ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do ato que o julgou apto física e mentalmente para o exercício do cargo.</p> <p>(D) O prazo para entrar em exercício é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da posse, no caso de função de confiança.</p> <p>(E) O servidor que deva ter exercício em outro Município, em razão de ter sido removido terá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias de prazo contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. As imagens de sensoriamento remoto são compostas de:
- (A) uma matriz de sensores, ou *pixels*, que normalmente são côncavos e representam uma área mínima preestabelecida de uma imagem.
 - (B) matrizes de elementos de resolução, *pixels* e sensores, que normalmente são convexos e representam uma certa área de uma imagem.
 - (C) uma matriz de elementos de resolução, ou *pixels*, que normalmente são quadrados e representam uma certa área de uma imagem.
 - (D) uma matriz de sensores, ou *pixels*, que normalmente são retangulares e representam uma área mínima preestabelecida de uma imagem.
 - (E) matrizes de elementos de resolução, *pixels* e sensores, que normalmente são côncavos e convexos e representam uma área mínima pré estabelecida de uma imagem
-
32. O sensor principal a bordo dos satélites NOAA chama-se Radiômetro Avançado de Resolução Muito Alta (AVHRR). O sensor AVHRR detecta radiação:
- (A) nas porções infravermelhas próximo, médio e termal, assim como na porção visível do espectro eletromagnético, com uma faixa de imageamento de 3.000 Km (para aplicações ambientais que envolvam o monitoramento da cobertura da terra, esta largura deve ser reduzida pela metade).
 - (B) em quatro faixas espectrais, com uma faixa de imageamento de 5.000 Km (para aplicações ambientais que envolvam o monitoramento da superfície da água, esta largura deve ser reduzida pela metade).
 - (C) apenas na porção infravermelha próximo, com uma faixa de imageamento de 3.000 Km (para aplicações ambientais que envolvam o monitoramento da cobertura da terra, esta largura deve ser ampliada para pelo menos o dobro).
 - (D) com uma combinação de faixas espectrais, com uma faixa de imageamento de 10.000 Km (para aplicações ambientais que envolvam o monitoramento da cobertura da terra, esta largura deve ser reduzida a um quarto da porção original).
 - (E) na porção termal, assim como na porção visível do espectro eletromagnético, com uma faixa de imageamento de 5.000 Km (para aplicações ambientais que envolvam o monitoramento da cobertura da terra úmida, esta largura deve ser ampliada a um quarto da porção original).
-
33. As fotografias aéreas, segundo as suas características, podem ser verticais, oblíquas (alta ou baixa), e horizontais. Na fotografia
- (A) oblíqua baixa é definida como aquela que contém a linha do horizonte.
 - (B) horizontal o eixo da lente é perpendicular ao plano horizontal e na fotografia oblíqua o eixo da lente é vertical.
 - (C) oblíqua o eixo da lente é perpendicular ao plano horizontal e na fotografia horizontal o eixo da lente é inclinado.
 - (D) vertical o eixo da lente é perpendicular ao plano horizontal e na fotografia oblíqua o eixo da lente é inclinado.
 - (E) oblíqua alta é aquela definida como a que não contém a linha do horizonte.
-
34. A área útil da fotografia representa a área
- (A) mais central, com recobrimento de 20% no sentido longitudinal e 80% no sentido transversal, que sofre menos distorção.
 - (B) mais central, com recobrimento de 60% no sentido longitudinal e 30% no sentido transversal, que sofre menos distorção.
 - (C) mais central, com recobrimento de 30% no sentido longitudinal e 60% no sentido transversal, que sofre mais distorção.
 - (D) lateral direita, com recobrimento de 60% no sentido longitudinal e 30% no sentido transversal, que sofre mais distorção.
 - (E) lateral esquerda, com recobrimento de 30% no sentido longitudinal e 60% no sentido transversal, que sofre menos distorção.

35. Zoneamento Ecológico Econômico consiste em um instrumento de planejamento que gera indicadores sobre as potencialidades e fragilidades dos meios físico, biótico e socioeconômico capazes de subsidiar
- (A) a tomada de decisões nos diferentes níveis hierárquicos do aparelho governamental e das empresas privadas, com vistas a viabilizar a gestão ambiental de alguns dos estados brasileiros.
 - (B) exclusivamente a tomada de decisões nos diferentes níveis hierárquicos das empresas privadas, com vistas a viabilizar o desenvolvimento econômico do território brasileiro.
 - (C) a tomada de decisões nos diferentes níveis hierárquicos do aparelho governamental, com vistas a viabilizar o desenvolvimento social do território brasileiro.
 - (D) a tomada de decisões nos diferentes níveis hierárquicos do aparelho governamental, com vistas a viabilizar o desenvolvimento urbano do território brasileiro.
 - (E) a tomada de decisões nos diferentes níveis hierárquicos do aparelho governamental, com vistas a viabilizar o desenvolvimento sustentável e harmônico do território brasileiro.

36. Os beneficiários do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar devem ser:

- (A) proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, que tenham até 4 empregados permanentes. Além disso, não devem deter, a qualquer título, áreas superiores a 12 módulos fiscais, e no mínimo 40% da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida no estabelecimento. O agricultor familiar precisa residir na propriedade ou em povoado próximo.
- (B) agricultores familiares, que utilizem mão-de-obra familiar, e tenham até 2 empregados permanentes. Além disso, não devem deter, a qualquer título, áreas superiores a 10 módulos fiscais, e no mínimo 80% da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida no estabelecimento. O agricultor familiar não precisa residir na propriedade ou em povoado próximo.
- (C) agricultores familiares, que utilizem mão-de-obra familiar, e tenham até 2 empregados permanentes. Além disso, não devem deter, a qualquer título, áreas superiores a 4 módulos fiscais, e no mínimo 80% da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida no estabelecimento. O agricultor familiar deve residir na propriedade ou em povoado próximo.
- (D) proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, que tenham até 6 empregados permanentes. Além disso, não devem deter, a qualquer título, áreas superiores a 8 módulos fiscais, e no mínimo 60% da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida no estabelecimento. O agricultor familiar não precisa residir na propriedade ou em povoado próximo.
- (E) agricultores que não utilizem mão-de-obra familiar, que tenham até 4 empregados não permanentes. Além disso, não devem de ter, a qualquer título, áreas superiores a 5 módulos fiscais e no mínimo 20% da renda bruta anual deve ser proveniente da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida no estabelecimento.

37. Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) regulamenta:

- (A) o artigo 225 da Constituição Federal, estabelecendo legislações ambientais, oferecendo instrumentos para que o município possa intervir no processo de planejamento e gestão da propriedade rural e garantindo a realização do direito ao território.
- (B) o artigo 225 da Constituição Federal, estabelecendo parâmetros e diretrizes da política urbana no Brasil, oferecendo instrumentos para que o município possa intervir no processo de gestão ambiental e garantindo a realização do direito à urbanização e desenvolvimento.
- (C) os artigos 188 e 189 da Constituição Federal, estabelecendo parâmetros e diretrizes da política rural no Brasil, oferecendo instrumentos para que o município possa intervir no processo de planejamento e gestão do espaço rural e garantindo a realização do direito ao campo.
- (D) os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo parâmetros e diretrizes da política urbana no Brasil, oferecendo instrumentos para que o município possa intervir no processo de planejamento e gestão urbana e territorial, e garantindo a realização do direito à cidade.
- (E) o artigo 228 da Constituição Federal, estabelecendo parâmetros e diretrizes da política urbana e rural no Brasil, oferecendo instrumentos para que o município possa intervir no processo de planejamento e gestão territorial e garantindo a realização do direito à propriedade.

38. Para os fins da Lei nº 8.666, de 21/06/93, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos:
- (A) ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
 - (B) ou entidades exclusivamente particulares, em que haja um acordo de vontade para formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
 - (C) ou entidades exclusivamente da Administração Pública, em que haja um acordo de vontade para formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
 - (D) da Administração Direta, em que haja um acordo de vontade para formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
 - (E) da Administração Indireta, em que haja um acordo de vontade para formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
-
39. O PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais foi criado para apoiar o desenvolvimento rural
- (A) das pequenas propriedades cuja base econômica é a agricultura familiar, podendo apresentar projetos apenas as pessoas físicas.
 - (B) dos municípios cuja base econômica é a agricultura familiar, podendo apresentar projetos os governos municipais, governos estaduais e as organizações não governamentais.
 - (C) das cinco regiões do país, cuja base econômica é a agricultura, podendo apresentar projetos apenas os governos municipais e governos estaduais.
 - (D) dos municípios cuja base econômica é a agricultura em grande escala, podendo apresentar projetos os governos municipais, governos estaduais e as organizações não governamentais.
 - (E) dos municípios cuja base econômica é a agricultura familiar, podendo apresentar projetos exclusivamente as organizações não governamentais.
-
40. Para a elaboração de projetos, as linhas temáticas do FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente são, precisamente:
- (A) Extensão Florestal, Gestão Integrada de Áreas Protegidas, Gestão Ambiental, Silvicultura e Desenvolvimento Territorial Sustentável.
 - (B) Silvicultura, Desenvolvimento de Pequenas Propriedades Rurais, Educação Ambiental, Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
 - (C) Gestão Ambiental, Silvicultura, Educação Ambiental, Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Amazônia Sustentável, e Desenvolvimento Territorial Sustentável.
 - (D) Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, Educação Ambiental, Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Manejo Sustentável da Flora e da Fauna e Desenvolvimento Territorial Sustentável.
 - (E) Extensão Florestal, Gestão Integrada de Áreas Protegidas, Manejo Sustentável da Flora e da Fauna, Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, Educação Ambiental, Amazônia Sustentável, Qualidade Ambiental e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
-
41. Por relevo pode-se entender a configuração geral de uma paisagem, no caso, às formas de terreno que compõem esta paisagem. São exemplos de classes de relevo:
- (A) plano; suave ondulado; ondulado; forte ondulado; montanhoso; e escarpado.
 - (B) tridimensional; bidimensional; diagonal; côncavo; e convexo.
 - (C) excessivamente drenado; fortemente drenado; acentuadamente drenado; bem drenado; moderadamente drenado; imperfeitamente drenado; mal drenado; e muito mal drenado.
 - (D) reto; suavemente curvado; curvado; fortemente curvado; e alpino.
 - (E) muito pequeno; pequeno; médio; grande; muito grande.
-
42. O clima é um dos fatores de formação de solos. A seqüência de solos relacionados entre si, que diferem uns dos outros
- (A) exclusivamente em tipo de rocha matriz, primariamente como resultado do clima como fator de formação do solo, chama-se clivagem.
 - (B) em certas propriedades, primariamente como resultado do clima como fator de formação do solo, chama-se clivagem.
 - (C) exclusivamente em tipo de rocha matriz, primariamente como resultado do clima como fator de formação do solo, chama-se climosseqüência.
 - (D) em certas propriedades, primariamente como resultado do clima como fator de formação do solo, chama-se climosseqüência.
 - (E) evidencia que a formação do solo não sofre qualquer influência do clima.
-

43. As propriedades físicas dos solos são características, processos ou reações de um solo, causados por forças físicas e descritos ou expressos em termos físicos ou equações e
- (A) não são sujeitas a mudanças em função do manejo ou uso que se dá ao solo. Exemplos de propriedades físicas de solos: condutividade hidráulica, porosidade e densidade aparente.
 - (B) são sujeitas a mudanças em função do manejo ou uso que se dá ao solo. Exemplos de propriedades físicas de solos: respiração, gênese e densidade aparente.
 - (C) são sujeitas a mudanças em função do manejo ou uso que se dá ao solo. Exemplos de propriedades físicas de solos: condutividade hidráulica, porosidade e densidade aparente.
 - (D) não são sujeitas a mudanças em função do manejo ou uso que se dá ao solo. Exemplos de propriedades físicas de solos: respiração, gênese e densidade aparente.
 - (E) não são sujeitas a mudanças em função do manejo ou uso que se dá ao solo. Exemplos de propriedades físicas de solos: albedo, emissividade e condutividade térmica.
-
44. NPK – são elementos químicos essenciais ao crescimento das plantas. No caso do K, potássio,
- (A) no solo apresenta-se nas formas: solúvel, trocável, não-trocável e total. Estas formas de potássio estão em equilíbrio umas com as outras.
 - (B) apenas em laboratório, em solução aquosa, apresenta-se nas formas: solúvel, trocável, não-trocável e parcial.
 - (C) no solo apresenta-se nas formas: catiônica, iônica, neutra e total. Estas formas de potássio estão em equilíbrio umas com as outras.
 - (D) no solo apresenta-se nas formas: solúvel, trocável, não-trocável e total. Estas formas de potássio são completamente independentes e não possuem relação de equilíbrio umas com as outras.
 - (E) assim como o nitrogênio, apresenta-se apenas em laboratório, das formas catiônica, iônica, neutra e total.
-
45. Sobre a matéria orgânica do solo, pode-se afirmar que compreende
- (A) apenas os resíduos vegetais em variados estádios de decomposição. Ocorre em estreita relação com os constituintes minerais do solo. Representa importante papel no solo melhorando suas condições físicas e químicas e servindo de fonte de elementos minerais.
 - (B) os resíduos vegetais e animais em variados estádios de decomposição. Ocorre em estreita relação com os constituintes minerais do solo. Representa importante papel no solo melhorando suas condições físicas e químicas e servindo de fonte de elementos minerais.
 - (C) apenas os resíduos animais em variados estádios de decomposição. Ocorre em estrita relação com os constituintes minerais do solo. Representa importante papel no solo melhorando suas condições físicas e químicas e servindo de fonte de elementos minerais.
 - (D) os resíduos vegetais e animais em variados estádios de decomposição. Ocorre em estreita relação com os constituintes minerais do solo. Não tem qualquer relação, no solo, com a melhora de suas condições físicas e químicas e tampouco serve de fonte de elementos minerais.
 - (E) os resíduos vegetais e animais em variados estádios de decomposição. Ocorre em estreita relação com os constituintes minerais do solo. Representa papel limitado no solo apenas como fonte dos elementos minerais NPK.
-
46. O ambiente agrícola
- (A) possui apenas qualidades ecológicas ditas “agrícolas”, como impedimento à mecanização, pragas, doenças, radiação solar e oxigênio.
 - (B) pode ter suas qualidades ecológicas divididas apenas em abióticas e agrícolas. No caso das qualidades abióticas, quanto aos fatores diretos que influenciam o ambiente, pode-se verificar: pragas, doenças, temperatura, oxigênio, gás carbônico, vento e nutrientes.
 - (C) pode ter suas qualidades ecológicas divididas em abióticas, agrícolas e bióticas. No caso das qualidades abióticas, quanto aos fatores diretos que influenciam o ambiente, pode-se verificar: radiação solar, água, temperatura, oxigênio, gás carbônico, vento e nutrientes.
 - (D) pode ter suas qualidades ecológicas divididas em abióticas, agrícolas e bióticas. No caso das qualidades abióticas, quanto aos fatores diretos que influenciam o ambiente, pode-se verificar exclusivamente: susceptibilidade à erosão, impedimento à mecanização, doenças e ação do homem.
 - (E) não possui qualidades ecológicas importantes para interferir no manejo sustentável das terras agrícolas pois é um ambiente exclusivamente antrópico.

47. Em classificação de solos é comum a existência de uma adjetivação, no nome do solo, quanto a sua riqueza ou pobreza em nutrientes ou, pelo menos, que dê uma idéia sobre sua fertilidade. Seguem exemplos de expressões usadas: distrófico, eutrófico, álico etc. É INCORRETO o que se afirma em:
- (A) um solo é distrófico quando as bases como cálcio, magnésio, potássio e sódio ocupam mais de 50% da capacidade de troca a pH 7,0.
 - (B) um solo é distrófico quando mais da metade de sua capacidade de troca de cátions a pH 7,0 é saturada por alumínio e hidrogênio. Sendo que o alumínio ocupa menos de 50% da capacidade de troca a pH 7,0.
 - (C) no caso do solo distrófico, as bases, como o cálcio, magnésio, potássio e o sódio, constituem menos de 50% da soma de cálcio, magnésio, potássio, sódio, alumínio e hidrogênio juntos. Sendo que o alumínio ocupa menos de 50% da capacidade de troca a pH 7,0.
 - (D) o solo é álico quando mais de 50% de sua capacidade de troca de cátions é saturada por alumínio.
 - (E) o solo é eutrófico quando as bases como cálcio, magnésio, potássio e sódio ocupam mais de 50% da capacidade de troca a pH 7,0.
-
48. Por aptidão agrícola das terras entende-se a avaliação
- (A) quantitativa da disponibilidade dos recursos hídricos, que estuda as alternativas de seu melhor uso, fazendo uso da adoção de distintos níveis de manejo dos corpos d'água e da indicação de diferentes tipos de utilização.
 - (B) quantitativa da disponibilidade dos recursos das terras, que estuda as alternativas de seu melhor uso, fazendo uso da adoção de distintos níveis de manejo dos solos e da indicação de diferentes tipos de utilização, buscando exclusivamente o menor custo financeiro de investimento, a despeito da sustentabilidade do manejo.
 - (C) qualitativa da disponibilidade dos recursos hídricos, que estuda as alternativas de seu melhor uso, fazendo uso da adoção de distintos níveis de manejo dos corpos d'água e da indicação de diferentes tipos de utilização.
 - (D) qualitativa da disponibilidade dos recursos das terras, que estuda as alternativas de seu melhor uso, fazendo uso da adoção de distintos níveis de manejo dos solos e da indicação de diferentes tipos de utilização.
 - (E) qualitativa da disponibilidade dos recursos das terras, que estuda as alternativas de seu melhor uso, fixando apenas um nível de manejo dos solos mais representativo para a região, e da indicação de diferentes tipos de utilização, focando exclusivamente o menor custo financeiro de investimento, a despeito da sustentabilidade do manejo.
-
49. A intensa substituição de ecossistemas naturais por sistemas artificiais de uso do solo para a produção vegetal altera e desagrega estes ecossistemas. Assim sendo, deve-se buscar formas de minimizar os impactos ambientais negativos da produção vegetal agrícola. São exemplos de medidas atenuantes da produção vegetal agrícola: utilização de variedades geneticamente
- (A) mais produtivas a despeito dos limites do ecossistema em suportar suas demandas; a manutenção das áreas de matas ciliares e de vegetação nativa, ao menos dentro dos limites legais; redução da diversidade de espécies na propriedade, visando facilitar o manejo da mesma.
 - (B) resistentes às adversidades locais; a manutenção das áreas de matas ciliares e de vegetação nativa, ao menos dentro dos limites legais; a escolha da cultura adequada ao ecossistema da propriedade.
 - (C) resistentes às adversidades locais; a manutenção das áreas de matas ciliares e de vegetação nativa, ao menos dentro dos limites legais; a escolha da cultura com maior retorno econômico independente do respeito às classes de capacidade de uso da terra.
 - (D) modificadas por engenharia genética sem licenciamento ambiental adequado; a supressão de vegetação ciliar de rios aumentando a produção agrícola; plantio de espécies exóticas.
 - (E) modificadas por engenharia genética sem licenciamento ambiental adequado, visando obter a maior produtividade; a manutenção das áreas de matas ciliares e de vegetação nativa, ao menos dentro dos limites legais; a escolha da cultura adequada ao ecossistema da propriedade.
-
50. O sistema de capacidade de uso do solo foi desenvolvido pelo Serviço Nacional de Conservação do Solo dos Estados Unidos em 1951. As especificações para o Brasil são apresentadas em trabalho de LEPSCH *et al.* (1983). Este sistema, no Brasil, apresenta a seguinte relação entre Grupos de Solos e Classes de Solos:
- (A) Grupo A – Classes: boa e regular; Grupo B – Classes: restrita e inapta.
 - (B) Grupo A – Classes: I, II, III e IV; Grupo B – Classes: V, VI e VII; Grupo C – Classe: VIII. O crescimento da Classe (de I para VIII) implica no aumento da adaptabilidade e da liberdade de escolha de uso.
 - (C) Grupo A – Classe: I, V, VI e VII; Grupo B – Classes: II, III, IV e VIII. O crescimento da Classe (de I para VIII) implica no aumento das limitações e dos riscos de uso. Não há grupo C.
 - (D) Grupo A – Classe: I; Grupo B – Classes: V, VI e VII; Grupo C – Classes: II, III, IV e VIII. O crescimento da Classe (de I para VIII) implica no aumento da adaptabilidade e da liberdade de escolha de uso.
 - (E) Grupo A – Classes: I, II, III e IV; Grupo B – Classes: V, VI e VII; Grupo C – Classe: VIII. O crescimento da Classe (de I para VIII) implica no aumento das limitações e dos riscos de uso.

51. De acordo com o sistema de capacidade de uso do solo, NÃO contém exemplos de fatores limitantes da terra e do uso do solo:
- pedregosidade; inundação; vértico; seca prolongada.
 - profundidade efetiva; permeabilidade; textura; declive.
 - piomorfismo; ático; insolação indireta; coloração do horizonte c.
 - geada ou vento frio; distrofismo; hidromorfismo; erosão.
 - álico; baixa retenção de cátions; tiomorfismo; salinização.
-
52. A absorção de nutrientes do solo pelas raízes dá-se
- apenas por dois processos: fluxo de massa e difusão.
 - apenas por dois processos: interceptação radicular e fluxo de massa.
 - por três processos: interceptação molecular, fluxo líquido e difusão.
 - por três processos: interceptação radicular, fluxo de massa e difusão.
 - por três processos: interceptação molecular, fluxo líquido e diapasão.
-
53. Para CITROS, em geral, as recomendações para uso de corretivos e de fertilizantes consideram, apenas:
- calagem; adubação orgânica; adubação na sementeira; adubação no viveiro; adubação de plantio; adubação de cobertura do 1º ao 3º anos pós-plantio; e adubação de cobertura do 4º ao 6º anos pós-plantio e anos seguintes.
 - adubação na sementeira; adubação no viveiro; adubação de cobertura do 1º ao 3º anos pós-plantio; e adubação de cobertura do 4º ao 6º anos pós-plantio.
 - calagem; adubação orgânica; adubação de cobertura do 1º ao 3º anos pós-plantio; e adubação de cobertura do 4º ao 6º anos pós-plantio e anos seguintes.
 - calagem; adubação na sementeira; adubação no viveiro; adubação de plantio; e adubação de cobertura do 1º ao 3º anos pós-plantio.
 - calagem; adubação na sementeira; adubação no viveiro; adubação de plantio; e adubação de cobertura do 4º ao 6º anos pós-plantio e anos seguintes.
-
54. Para CAFÉ, em geral, as recomendações para uso de corretivos e de fertilizantes consideram, apenas:
- calagem; adubação orgânica; adubação de plantio; adubação do 1º ao 4º anos pós-plantio; adubação para lavouras em produção, a partir do 5º ano pós-plantio; adubação para cafeeiros podados.
 - adubação para produção de mudas; adubação de plantio; adubação de 1º e 2º anos pós-plantio; adubação para lavouras em produção, a partir do 5º ano pós-plantio; adubação para cafeeiros podados.
 - calagem; adubação orgânica; adubação para produção de mudas; adubação de plantio; adubação de 1º e 2º anos pós-plantio; adubação para lavouras em produção, a partir do 5º ano pós-plantio.
 - calagem; adubação orgânica; adubação de 1º e 2º anos pós-plantio; adubação para lavouras em produção, a partir do 3º ano pós-plantio; adubação para cafeeiros podados.
 - calagem; adubação orgânica; adubação para produção de mudas; adubação de plantio; adubação de 1º e 2º anos pós-plantio; adubação para lavouras em produção, a partir do 3º ano pós-plantio; adubação para cafeeiros podados.
-
55. Quanto ao projeto Rurbano, apoiado pela FAPESP e pelo PRONEX/CNPq-FINEP, que tem como expoentes pesquisadores como José Graziano da Silva e Mauro Eduardo Del Grossi:
- Tanto os sistemas de produção na agricultura familiar quanto a discussão sobre sustentabilidade na reforma agrária devem considerar a multifuncionalidade ou pluriatividade do produtor rural. Tal afirmação se deve ao fato que o total das rendas não-agrícolas deve ultrapassar apenas após o final deste Século o montante das rendas agrícolas recebidas pelos moradores rurais, segundo dados publicados pelo projeto Rurbano.
 - Tanto os sistemas de produção na agricultura familiar quanto a discussão sobre sustentabilidade na reforma agrária devem considerar a multifuncionalidade ou pluriatividade do produtor rural. Tal afirmação se deve ao fato que o total das rendas não-agrícolas já ultrapassou o montante das rendas agrícolas recebidas pelos moradores rurais, segundo dados publicados pelo projeto Rurbano.
 - Tanto os sistemas de produção na agricultura familiar quanto a discussão sobre sustentabilidade na reforma agrária devem desconsiderar a multifuncionalidade ou pluriatividade do produtor rural. Tal afirmação se deve ao fato que o total das rendas não-agrícolas jamais ultrapassará o montante das rendas agrícolas recebidas pelos moradores rurais, segundo dados publicados pelo projeto Rurbano.
 - Os setores monocultores da agricultura brasileira devem adotar bases técnicas de multifuncionalidade e de pluriatividade, processo inerente ao empresário agrícola não residente na área rural e não relacionado ao agricultor familiar. Tal afirmação se deve ao fato que o total das rendas não-agrícolas deve ultrapassar o montante das rendas agrícolas recebidas pelos moradores rurais apenas em 90 (noventa) anos, segundo dados publicados pelo projeto Rurbano.
 - Os setores monocultores da agricultura brasileira, os sistemas de produção na agricultura familiar e a discussão sobre sustentabilidade na reforma agrária devem desconsiderar a multifuncionalidade e a pluriatividade do produtor rural. Tal afirmação se deve ao fato que o total das rendas não-agrícolas jamais deverá ultrapassar o montante das rendas agrícolas recebidas pelos moradores rurais, segundo dados publicados pelo projeto Rurbano.

56. Considerando os impactos ambientais negativos causados pela aqüicultura, o uso de água de superfície e subterrânea
- (A) pode produzir os seguintes impactos: redução na irrigação de plantações, recalque do solo, intrusão de água salgada em corpos aquáticos e em áreas agrícolas, e salinização de aquíferos de água doce.
 - (B) produz certamente, e no mínimo, os seguintes impactos: aumento na irrigação de plantações, recalque do solo, intrusão de água salgada em corpos aquáticos e em áreas agrícolas, e salinização de aquíferos de água doce.
 - (C) pode produzir os seguintes impactos: competição resultando em alta de preços de rações e fertilizantes para outras atividades, crescimento de empregos nas empresas produtoras de rações e fertilizantes.
 - (D) pode produzir os seguintes impactos: aumento na irrigação de plantações, recalque do solo, intrusão de água salgada em corpos aquáticos e em áreas agrícolas, e salinização de aquíferos de água salgada.
 - (E) produz certamente apenas o recalque do solo, sendo os outros apenas impactos positivos.
-
57. Considerando o Código Florestal brasileiro, Lei nº 4.771/1965, em seu Artigo 2º e com redação dada pela Lei nº 7.803/1989, pode-se afirmar:
- (A) entre outras áreas, consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito da Lei que institui em 1965 o Código Florestal, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas encostas ou parte destas, com declividade superior a 90º (noventa graus), equivalente a 100% (cem por cento) na linha de menor declive.
 - (B) consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito da Lei que institui em 1965 o Código Florestal, apenas as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja sempre de 500 (quinhentos) metros.
 - (C) consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito da Lei que institui em 1965 o Código Florestal, apenas as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja sempre de cem (cem) metros.
 - (D) consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito da Lei que institui em 1965 o Código Florestal, apenas as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja sempre de 50 (cinquenta) metros.
 - (E) entre outras áreas, consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito da Lei que institui em 1965 o Código Florestal, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas no topo de morros, montes, montanhas e serras.
-
58. Considerando o Código Florestal brasileiro, Lei nº 4.771/1965, em seu Artigo 3º, pode-se afirmar:
- (A) a supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia e exclusiva autorização do Poder Executivo Estadual, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.
 - (B) apenas será admitida a supressão parcial de florestas de preservação permanente com exclusiva e prévia autorização do Poder Executivo Estadual, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.
 - (C) a supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.
 - (D) a supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos privados voltados à produção de alimentos.
 - (E) nunca será permitida a supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente.
-
59. Considerando a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 01, de 23 de janeiro de 1986, e a Resolução CONAMA nº 11, de 18 de março de 1986, pode-se afirmar:
- (A) todo complexo agro-industrial e todos projetos agropecuários devem apresentar Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental prévio, para efeito de licenciamento ambiental.
 - (B) todos projetos agropecuários são dispensados de apresentar Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental prévio, para efeito de licenciamento ambiental.
 - (C) todo complexo agro-industrial e os projetos agropecuários que contemplem áreas acima de 100 (cem) hectares ou menores – quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental – devem apresentar Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental prévio, para efeito de licenciamento ambiental.
 - (D) todo complexo agro-industrial e os projetos agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 (mil) hectares ou menores – quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental – devem apresentar Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental prévio, para efeito de licenciamento ambiental.
 - (E) as duas citadas Resoluções CONAMA não tratam diretamente nem indiretamente de projetos agropecuários.

60. Considerando a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 01, de 23 de janeiro de 1986, e a Resolução CONAMA nº 11, de 18 de março de 1986, o Estudo de Impacto Ambiental desenvolverá, entre outras atividades técnicas, o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, considerando:
- (A) o meio físico e o meio biológico.
 - (B) o meio físico, o meio biológico e o meio sócio-econômico.
 - (C) apenas o meio físico.
 - (D) apenas o meio biológico.
 - (E) apenas o meio sócio-econômico.

ESTUDO DE CASO

Atenção: Para responder as questões de números 61 a 70 considere um município fictício com o nome de Paraíso do Norte, localizado no Estado de São Paulo. Este município tem forte tradição agropecuária e está localizado no interior do Estado. Trata-se da análise de suas ações em prol do estímulo à agropecuária local.

61. Será realizada, a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paraíso do Norte-SP, uma licitação para coleta e disposição de resíduos sólidos no município, de modalidade “concorrência”, com contrato a ser celebrado contemplando empreitada integral. Esta coleta será base da política de geração de composto orgânico para desenvolvimento e recuperação da área rural. Segundo a Lei nº 8.666, de 21/06/93, o prazo mínimo regular até o recebimento das propostas será de:
- (A) 05 dias.
 - (B) 15 dias.
 - (C) 45 dias.
 - (D) 60 dias.
 - (E) 90 dias.

62. O município de Paraíso do Norte, localizado no Estado de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, está planejando construir um Entreposto Pesqueiro em área municipal localizada frente à represa que cobre parte do território municipal. Segundo a Lei nº 8.666, de 21/06/93, as obras e serviços previstos para este fim somente poderão ser licitados quando houver:
- (A) projeto básico aprovado, orçamento detalhado em planilhas, previsão de recursos orçamentários, e o produto esperado estiver contemplado no Plano Plurianual.
 - (B) conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado exclusivamente técnico, para caracterizar a obra ou serviço, objeto da licitação.
 - (C) apenas autor do projeto (pessoa física ou jurídica), servidor ou dirigente responsável pela licitação, e o produto esperado estiver contemplado no Plano Plurianual.
 - (D) previsão de recursos orçamentários e vontade política do gestor público, exclusivamente.
 - (E) pareceres, perícias e avaliações em geral.

63. As modalidades de licitação para o Entreposto Pesqueiro de Paraíso do Norte, tendo em vista os limites e o valor estimado da contratação para obras e serviços de engenharia, poderão ser:
- (A) Convite até R\$ 10.000,00; ou tomada de preços até R\$ 15.000,00; ou concorrência acima de R\$ 15.000,00.
 - (B) Convite até R\$ 80.000,00; ou tomada de preços até R\$ 650.000,00; ou concorrência acima de R\$ 650.000,00.
 - (C) Convite até R\$ 150.000,00; ou tomada de preços até R\$ 500.000,00; ou concorrência acima de R\$ 500.000,00.
 - (D) Convite até R\$ 80.000,00; ou tomada de preços até R\$ 1.500.000,00; ou concorrência acima de R\$ 1.500.000,00.
 - (E) Convite até R\$ 150.000,00; ou tomada de preços até R\$ 1.500.000,00; ou concorrência acima de R\$ 1.500.000,00.

64. Em uma modalidade de concorrência a Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte-SP quer adquirir máquinas e equipamentos agrícolas para auxiliar na produção de pequenos proprietários rurais. Em igualdade de condições, como critério de desempate, este município deve assegurar preferência, sucessivamente, de bens e serviços produzidos por empresas
- (A) brasileiras de capital nacional; produzidos no país; produzidos por empresas brasileiras.
 - (B) brasileiras de capital estrangeiro; produzidos por empresas do Mercosul; produzidos por empresas brasileiras.
 - (C) estrangeiras; produzidos no país; produzidos por empresas brasileiras.
 - (D) brasileiras; produzidos por empresas brasileiras de capital estrangeiro.
 - (E) do Mercosul; produzidos por empresas no país.

65. Em Paraíso do Norte-SP, durante o ano agrícola e como reflexo da política de desenvolvimento agropecuário, uma plantação subsidiária ou intercalar (cultura secundária) foi autorizada e ficou a cargo do empregado rural. Segundo a Lei nº 5.889/73 que regula as relações de trabalho rural, nas regiões em que se adota a plantação subsidiária ou intercalar, a cargo do empregado rural, quando autorizada ou permitida, será objeto de:
- (A) indenização por tempo de serviço.
 - (B) acréscimo de 1/12 (um doze avos) do salário mensal.
 - (C) salário mínimo.
 - (D) contrato em separado.
 - (E) contrato geral de safra.

66. A política de desenvolvimento agropecuário de Paraíso do Norte-SP está integrada ao desenvolvimento urbano e ao desenvolvimento de outros setores econômicos, como é o caso do turismo. Este município foi reconhecido pelo Governo Estadual como Estância Turística. Com aproximadamente 5.000 habitantes, atualmente está realizando a atualização de seu Plano Diretor. No Brasil, o Plano Diretor é obrigatório para municípios:
- com mais de 2 mil habitantes; não integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com áreas de especial interesse turístico; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.
 - com mais de 20 mil habitantes; não integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações rurais; sem áreas de especial interesse turístico; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades sem significativo impacto ambiental na região ou no país.
 - com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com áreas de especial interesse turístico; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.
 - apenas com mais de 200 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.
 - apenas com mais de 200 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades sem significativo impacto ambiental na região ou no país.
-
67. Paraíso do Norte, como município localizado no Estado de São Paulo, espelha-se no que acontece na capital do Estado, para avaliar algumas de suas políticas públicas. Verifica-se, neste caso, que vários planos diretores para o município de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, foram elaborados. Mas apenas alguns foram aprovados: em 1971, em 1988 e em 2002. O último Plano Diretor foi instituído pela Lei Municipal nº 13.430/02 e é chamado de Plano Diretor Estratégico. O Estatuto da Cidade prevê que os municípios devem realizar a revisão dos seus Planos Diretores
- No prazo máximo de 10 (dez) anos, e para cidades que já possuíam Plano Diretor anterior a sanção da Lei do Estatuto no prazo máximo de 5 (cinco) anos.
 - No prazo máximo de 2 (dois) anos, e para cidades que já possuíam Plano Diretor anterior a sanção da Lei do Estatuto no prazo máximo de 1 (um) ano.
 - No prazo máximo de 15 (quinze) anos, e para cidades que já possuíam Plano Diretor anterior a sanção da Lei do Estatuto no prazo máximo de 3 (três) anos.
 - No prazo máximo de 20 anos.
 - No prazo máximo de 25 anos.
-
68. Em diversas áreas da cidade de Paraíso do Norte-SP existe grande quantidade de terrenos vazios, cujos donos não fazem uso e estão sujos e cheios de mato, à espera que o poder público asfalte, leve água e esgoto e construa outras melhorias. Depois de realizadas estas melhorias os proprietários vendem por um preço maior. De acordo com o Estatuto da Cidade, esses proprietários
- não estão limpando os terrenos adequadamente, cumprindo assim a função social do imóvel em questão.
 - devem esperar a valorização de seus imóveis para venda, cumprindo assim a função social do imóvel em questão.
 - devem vender seus imóveis para que novos proprietários se beneficiem, cumprindo assim a função social do imóvel em questão.
 - não estão cumprindo a função social dos seus imóveis.
 - devem solicitar indenização ao poder público, devido a demora na realização das melhorias.
-
69. Durante as etapas de planejamento da área rural de Paraíso do Norte-SP foram utilizados os serviços de foteointerpretação. Ao analisar o material, restou uma dúvida inicial quanto à escala de trabalho desta etapa de planejamento. Sabe-se, neste caso, que a uma distância conhecida no campo de 5 km corresponde na fotografia aérea a uma distância de 10 cm. Então, a escala da foto em trabalho é de:
- 1:100.000.
 - 1:10.000.
 - 1:25.000.
 - 1:5.000.
 - 1:50.000.
-
70. Após elaborado o plano de desenvolvimento agropecuário, o governo municipal de Paraíso do Norte-SP contratou 15 novos funcionários que serão lotados na Secretaria Municipal de Agricultura visando implantar o plano citado neste estudo de caso. Estas contratações foram feitas sem realização de concurso público e fora das hipóteses de contratação temporária por excepcional interesse público prevista em lei. O Ministério Público ajuizou uma ação com base no princípio
- de Proporcionalidade.
 - de Legalidade.
 - da Vinculação ao Instrumento Convocatório.
 - do Julgamento Objetivo.
 - de Competitividade.